



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Relatório de Informações Gerenciais
Setorial (RIGER) do 1º Semestre/2023**

Secretaria Geral de Planejamento, coordenação e finanças (SGPCF)

	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE		
	SECRETARIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS (SGPCF)		
Período de Referência: 1.º SEMESTRE DE 2023	Emitido em: JULHO DE 2023	Aprovado por: Secretário Geral da SGPCF	

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS	3
2. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS	5
3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS	9
4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS.....	12
5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	12
6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO	14
7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE.....	14
8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS.....	15
9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS	16
10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS	18
11. ANEXO II – PLANILHAS DOS INDICADORES OPERACIONAIS	19



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

1. INFORMAÇÕES PARA O TJERJ EM NÚMEROS (do mês de referência)

ORÇAMENTO E FINANÇAS	ACUMULADO ATÉ JUNHO/2023	
Fonte: DGPCF		
ORÇAMENTO (2023):		
Fonte 100 (TJ):	R\$	4.821.986.000,00
Fonte 230 (TJ):	R\$	947.588.000,00
Fonte 232/100 (FETJ):	R\$	1.326.339.976,00
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	65.642.000,00
DESPESAS (TOTAL ATÉ JUNHO/2023)		
Fonte 100 (TJ):	R\$	2.231.042.455,82
Fonte 230 (TJ):	R\$	368.643.051,35
Fonte 232 (FETJ):	R\$	459.043.473,65
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	31.664.698,20
RECEITA (TOTAL ATÉ JUNHO/2023)		
Fonte 100 (TJ):	R\$	2.231.042.455,82
Fonte 230 (TJ):	R\$	728.649.515,92
Fonte 232 (FETJ):	R\$	949.659.305,77
Fonte 232 (FUNARPEN):	R\$	36.581.833,06
<i>Fonte 100 (TJ): Não há apropriação de receita, apenas transferência do Tesouro para pagamento da Folha de Ativos do PJERJ. São recursos do Estado do Rio de Janeiro, destinados ao pagamento de magistrados e servidores ativos. O Rio Previdência realiza o pagamento da folha de inativos.</i>		
<i>Fonte 232 (FETJ): Fundo Especial do Tribunal de Justiça.</i>		
<i>Fonte 232 (FUNARPEN): Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais.</i>		
<i>Fonte 230 (TJ): Recursos Próprios.</i>		
OBS: Os valores referentes ao Orçamento se referem aos aprovados pelo Ato Executivo Nº 07/2023 publ no DJE em 15/02/2023, fls 04 a 09.		



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

PESSOAL

Fonte: SGPCF-ASTEC



- Despesa Líquida com Pessoal (Fonte 1.500.100): R\$ 3.793.376.879,79 (publicada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2023)
- Receita Corrente Líquida - RCL: R\$ 88.124.953.386,50 (publicada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2023)
- % Limite de Gastos com Pessoal: 4,30% (publicado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2023)
- Obs: Para o cálculo da Despesa Líquida com Pessoal, a partir do RGF do 3º quadrimestre de 2021 foi incluída a Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados. Portanto, do total apurado de R\$ 3.793.376.879,79, R\$ 3.554.834.002,01 correspondem à Despesa Líquida com Pessoal Ativo e R\$ 238.542.877,78 correspondem à Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas não compensada com recursos vinculados.
- Custo da Prestação Jurisdicional (por processo): R\$ R\$ 2.458,02
- (Período: junho/2022 - maio/2023)
- OBS: A apuração do custo por processo considera o valor acumulado referente a 12 meses, sendo o mês de referência e os onze anteriores.
Fonte: GRP-CUSTOS.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

2. PROGRESSO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS (planejamento e resultado acumulado até o período de referência do relatório)

O Projeto Estratégico visa a implantação do GRP – Government Resource Planning, uma ferramenta de suporte integrado às gestões de orçamento, finanças e de contabilidade, envolvendo o planejamento, bem como o controle das ações planejadas, quer no âmbito da execução orçamentária (as mutações do orçamento), quer no âmbito da execução financeira (acompanhamento da evolução das receitas e despesas), além de permitir a prospecção de cenários; a execução financeira em todas as suas fases; e a realização das ações e lançamentos contábeis pertinentes e a contabilidade de custos.

Iniciado em 2019, foi severamente afetado por fatos supervenientes advindos do quadro pandêmico da COVID19. Sendo necessário um termo aditivo ao contrato alterando-se o cronograma de execução em 2020, em 2021, em 2022 e, por último em 2023, haja vista a necessidade de novo realinhamento dos prazos para finalizar o serviço de implantação do novo sistema.

Importante registrar que alguns riscos não identificados durante os levantamentos iniciais para concepção do projeto contribuíram para que a virada de chave entre os sistemas SOF e GRP tivesse sua data postergada com o fito de evitar solução de continuidade.

Ressalte-se que incidentes operacionais durante a parametrização das funcionalidades do sistema, afetas as etapas 1, 2 e 3, com os processos de trabalho das áreas de negócio impactaram a execução do cronograma de implantação. Neste cenário as medidas adotadas evitaram solução de continuidade e permitiram o cumprimento das obrigações legais sob a responsabilidade da SGPCF. Entretanto, o efeito colateral foi o não cumprimento das atividades previstas no cronograma para julho de 2023, sendo necessário a reunião entre todas as áreas de negócio da DGPCF, EMERJ e a contratada Pólis-Thema para alinhamento da Etapa 4 do serviço de implantação do GRP e funcionalidades que ainda não foram validadas.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Com a aprovação, pela atual administração, da continuidade do projeto estratégico verifica-se que o percentual de execução apurado no sistema GRP está em 12% do projetado para o biênio 2023/2024.

Após deliberação pela equipe de implantação do projeto e aprovação do Secretário Geral as seguintes ações foram executadas:

- 1 – Revisão do cronograma de execução do serviço de implantação, no que tange aos levantamentos dos requisitos da etapa 4 e validação de funcionalidades, com agendamentos presenciais junto as áreas de negócios;
- 2 – Revisão do cronograma de execução do serviço de implantação, com a inclusão de planejamento, homologação e produção de funcionalidades da DIGEF identificadas no início e durante a execução do cronograma;
- 3 – Impulsionamento de novo aditivo para executar as ações necessárias para entrega dos requisitos funcionais definidos pelas áreas de negócios da SGPCF, tramitando no SEI n.º 2023-06075797;
- 4 - Realinhamento das datas do cronograma operacional com previsão de conclusão da etapa 4 para 13/12/2023;
- 5 - Informação ao Agente Administrativo do contrato relatada no REMAC – Janeiro a Maio de 2023, no que tange a inconsistências recorrentes na operação do sistema;
- 6 – Aperfeiçoamento do Protocolo de Crise para incidentes de indisponibilidade do sistema;
- 7 – Monitoramento das reuniões técnicas e intervenções pontuais para solucionar pendências e não conformidades identificadas pelos usuários do GRP nas áreas de negócio do TJERJ, visando dar celeridade e pronto atendimento as demandas protocolizadas;
- 8 - Postergação da Implementação da metodologia de riscos 2.^a fase para o segundo semestre de 2023, postergando-se a atualização das RADs e adequação dos processos de trabalho das áreas de negócios a critério do gestor e ou até o término da implantação do sistema GRP.



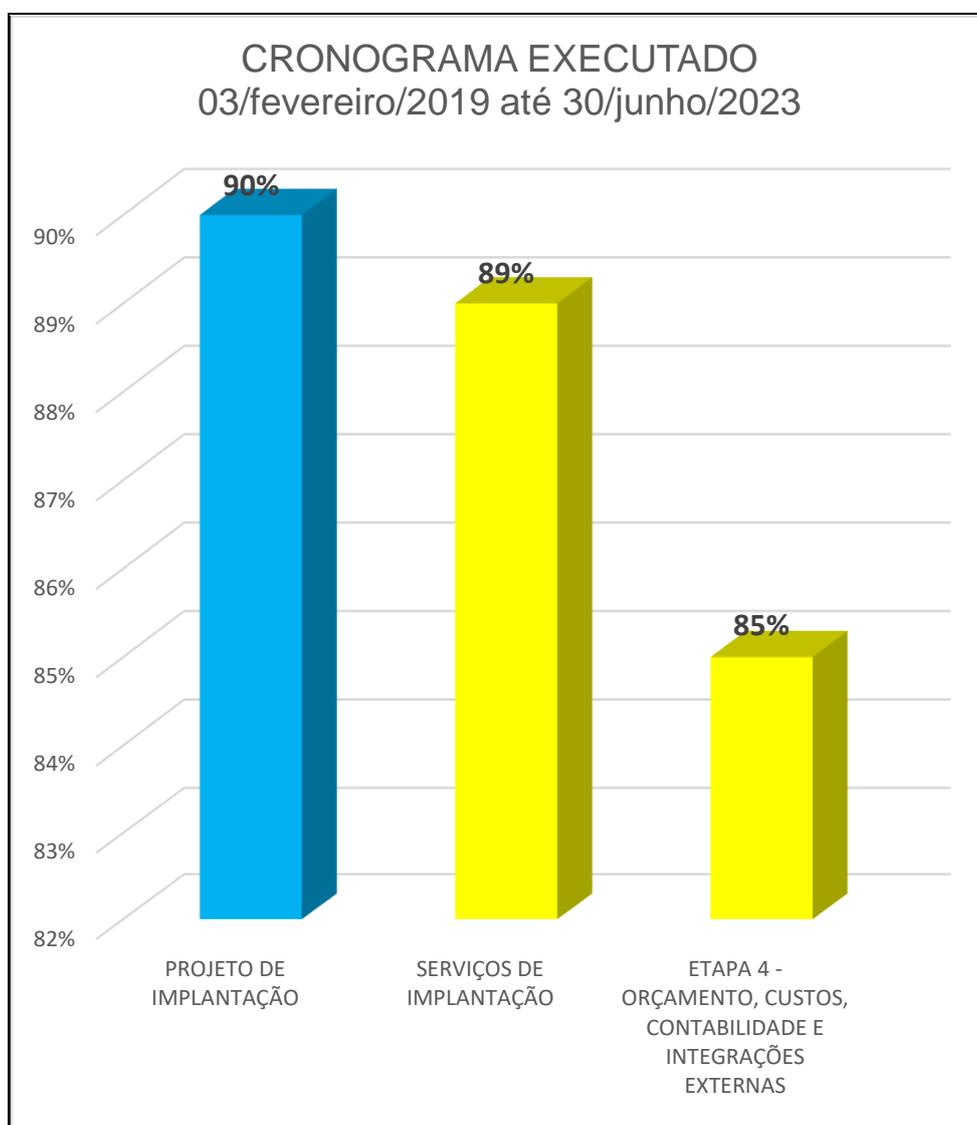
RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

9 - Aumento do esforço de trabalho presencial da contratada Pólís, que sem ônus para o contrato aumentou o efetivo de colaboradores de suporte técnico para atuarem na operação assistida, visando dar celeridade e pronto atendimento as demandas protocolizadas;

10 - Desligamento do SOF em 29/04/2022 (permanece aberto apenas para consulta até a entrada em produção da Solução para Consultas de dados legados SOF no GRP);

No gráfico a seguir verifica-se os percentuais de cumprimento do cronograma desde o início do projeto até 30/06/2023.



*As etapas em amarelo são as mais impactadas em face as restrições da pandemia e estão sob rígido monitoramento para cumprimento do ajuste.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

NOME DO PROJETO	SITUAÇÃO NO PERÍODO		
	Planejado (% Acumulado até o momento)	Realizado (% Acumulado até o momento)	Comentário (Concluído / Em dia / Atrasado. Mencionar as ações atrasadas)
Modernização da Gestão Fiscal do PJERJ- Continuação (Processo TJ nº 160.136/ 2016)	100%	12%	ANÁLISE CRÍTICA 1 - Integrações externas com o SIPLAG e SIAFI que não foram conclusas em face a mudanças de gestão no poder executivo. 2 - Alterações no cronograma em face de proposta de aditivo, ao SEI 2023-06075797 3 - Proposta de Contrato Novo em substituição ao Processo TJ nº 160.136/2016 (SEI N.º 2021-0666600) AÇÃO GERENCIAL 1 - Revisão do escopo de requisitos com a descontinuidade de requisitos afetos ao DECON; alteração e adequação de rotinas de integração com os sistemas internos; adequação de processos de trabalho com interfaces junto aos sistemas externos; continuar a rotina de solicitação de massa de dados junto a SEFAZ para ajustes, controle, monitoramento e mitigação de risco 2 - Alterações no cronograma no sistema GRP nas entregas/ações: 21, 22, 35, 37, 38, 38, 310, 312, 313, 315, 317, 322, 325, 324, 328, 41, 42, 43 e 44 3 – Abertura de SEI 2023-06066397, tramitando. 4 - Postergação da Implementação da metodologia de riscos 2.ª fase para segundo semestre de 2023, postergando-se a atualização das RADs dos processos de trabalho das áreas de negócios até o término da implantação do sistema GRP.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3. QUADRO DE BORDO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS E OPERACIONAIS

3.1 Em alinhamento a Matriz de Indicadores Estratégicos do PJERJ (Anexo III) da Resolução TJ/OE/RJ nº 12/2021 que foi revisada pelo Ato Executivo nº 93/2023, a SGPCF definiu os indicadores a seguir:

INDICADORES ESTRATÉGICOS					
Indicador Estratégico – Índice de Execução do Orçamento Estratégico (Ato Executivo TJ Nº 93/2023)					
Perspectiva: Aprendizado e Crescimento					
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira					
Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ					
Tipo de Indicador	Desempenho	Unidade Responsável	SGPCF/ASPLO		
Periodicidade	Semestral (Aguardando aprovação do PAG para efetuar a medição)				
Ano	Resultado				Meta
	2020	2021	2022	2023	2023
Valor	44,12%	39,75%	76,91%		
Indicador Estratégico – Índice de Execução do Orçamento de Custeio (Ato Executivo TJ Nº 93/2023)					
Perspectiva: Aprendizado e Crescimento					
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira					
Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ					
Tipo de Indicador	Desempenho	Unidade Responsável	SGPCF/ASPLO		
Periodicidade	Anual (Indicador novo sem apuração)				
Indicador Estratégico – Índice de Execução do Orçamento de Investimento (Ato Executivo TJ Nº 93/2023)					
Perspectiva: Aprendizado e Crescimento					
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira					
Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ					
Tipo de Indicador	Desempenho	Unidade Responsável	SGPCF/ASPLO		
Periodicidade	Anual (Indicador novo sem apuração)				



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

3.2 - TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL – SGPCF

Portaria CNJ nº 57/2023 - Ranking da Transparência do Poder Judiciário - Ano 2023

A SGPCF realinhou os indicadores em função da nova Portaria CNJ nº 57/2023, que estabelece os critérios e os itens que serão avaliados no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, ano 2023, e as unidades orgânicas do Conselho Nacional de Justiça responsáveis por avaliar as informações veiculadas na internet pelo respectivo Tribunal.

Abaixo, apresentamos Relatório enviado ao DEGEP em resposta ao CNJ (*correspondência eletrônica de 20/04/2023*):

Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/plano-diretor-gestao>

Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma do Anexo I da Resolução CNJ nº 102/2009?

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj/anexos-i-resolucoes-cnj/2023>

Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma do Anexo II da Resolução CNJ nº 102/2009?

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/anexos-resolucoes-cnj/anexos-ii-resolucoes-cnj/anexos-ii-resolucoes-cnj>

A íntegra da lei orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2023>

O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo grau de jurisdição?

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/resolucao-cnj-n-195-2014/2022>

O 'Relatório de Gestão Fiscal'?

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/gestao-fiscal/gestao-fiscal-inicial/2022>

A relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?

<https://www.tjrj.jus.br/web/guest/valores-pagos-aos-contratados-resolucoes-cnj-n-215-2015-e-265-2018-item-19/2022>

Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além de data, destino, motivo da viagem e valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?

<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/relatorios/resolucao-cnj-n%C2%BA-102-2009>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Cabe observar que o Portal da Transparência do Tribunal de Justiça, desde fevereiro de 2009 e de acordo com a Resolução nº 102/2009 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, divulga dados atualizados sobre gestão, financeira, orçamentária e contábil, seguindo assim, a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), especificada no âmbito do Judiciário Brasileiro pela Resolução nº 151 do Conselho Nacional de Justiça.

A SGPCF, disponibiliza na página do PJERJ, informações atinentes a sua área de atuação, quais sejam, planejamento, orçamentário, financeiro e contábil, na transparência institucional. As informações estão alinhadas por tópicos, como por exemplo: Relatórios de Execução orçamentária, fiscal, Gestão Fiscal, Pagamento a fornecedores, bem como o Orçamento Anual, Plano de Ação Governamental- PAG, entre outros, que podem ser acessados link abaixo:

<https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/transparencia/apresentacao>

Cabe ainda mencionar que diversos relatórios da SGPCF estão disponibilizados na Transparência Institucional do PJERJ, entre os quais podemos citar como exemplo os contidos nos acessos relacionados a seguir:

- Execução Fiscal
- Execução orçamentária
- Gestão Fiscal
- Pagamento a Fornecedores – Quadro detalhado ITEM 19)
- Relatório Gerencial
- Resolução CNJ nº 154/2012 – art.4.º
- Resolução CNJ nº 102/2009 – art.3º, VI (DIÁRIAS)
- Resolução CNJ nº 265/2018 (Relatório Previdenciário) – ITEM 32
- LAI- Lei Federal nº 12.527/2011 Art. 8º, § 1º, Inciso II- TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS
- LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 – ART. 9º (ITEM 17-CNJ)



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

4. SITUAÇÃO DAS METAS NACIONAIS

METAS	RESULTADOS (% Acumulado até o momento)
<NÃO APLICÁVEL>	

5. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- 1) Retomamos o processamento da informação de custos, por meio da implementação do Módulo de GRP-Custos, passando a informar o custo por processo para o TJERJ em Números. Encontra-se em estudo a elaboração de um novo relatório periódico de custos, que apresentará as apurações dos custos das unidades organizacionais do PJERJ, administrativas e judiciais;
- 2) Monitoramento e gestão contínua da despesa com pessoal ativo do PJERJ, bem como da Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro, com vistas ao respeito aos limites de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 3) Monitoramento da evolução da Receita Corrente Líquida do Estado do Rio de Janeiro, com destaque para a redução das receitas com Royalties do Petróleo e para as perdas de arrecadação decorrentes da redução de alíquotas do ICMS;
- 4) Monitoramento e gestão contínua da despesa com benefícios pagos a magistrados e servidores, bem como da receita que financia os mesmos, objetivando a manutenção do equilíbrio financeiro da fonte de recursos correspondente;
- 5) Monitoramento dos efeitos gerados pela Taxa Selic com as últimas decisões proferidas pelo Comitê de Política Monetária e seus efeitos sobre a receita que



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

financia o pagamento dos benefícios a Magistrados e Servidores, subsidiando a Alta Administração com projeções de cenário;

- 6) Aprimoramento na análise dos processos de aquisição de materiais e contratação de serviços, sob a ótica da economicidade, com a realização de tratativas com as unidades do PJERJ envolvidas no planejamento da demanda;
- 7) Desenvolvimento de um novo relatório de acompanhamento específico para a mensuração do real impacto do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários na Folha de Pagamentos de Servidores do PJERJ, após a sua implementação em novembro de 2022, abordando não só o aspecto financeiro, mas também a variável “quantidade de servidores ativos integrantes do quadro de pessoal do PJERJ”;
- 8) Elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro relativo à conversão em pecúnia do saldo de até 90 (noventa) dias de Férias e/ou Licença Prêmio para cada servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, exclusivamente comissionado e requisitado, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida;
- 9) Elaboração de estudos de impacto orçamentário e financeiro relativos à recomposição inflacionária de alguns dos benefícios recebidos por servidores e magistrados, subsidiando a Administração Superior no deferimento da medida.
- 10) E-Social – em fase de aprimoramento na DITES e DILID;
- 11) EFD-Reinf (Sped) - em fase inicial de desenvolvimento na DITES e aprimoramento na DILID;
- 12) DCTFweb – Em fase de aprimoramento na DILID.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

6. AÇÕES PENDENTES DE REALIZAÇÃO (demandas não concluídas no período de referência, excluídas as dos projetos)

- No Projeto Estratégico de Modernização da Gestão Fiscal, temos 03 (três) módulos, na área de Orçamento, para atendimento à ASTEC e ASPLO, a saber: Economicidade, Projeções e Estudo de Impacto. Eles encontram-se em fase de desenvolvimento, por meio de reuniões presenciais com a empresa desenvolvedora e apresentação das regras de negócio, tendo como expectativa de conclusão e entrega para o final deste exercício.

- GRP - em implementação na DIEPP e DIGEF.

7. DESTAQUES DE ECONOMICIDADE

- 1) A análise de economicidade dos processos de aquisição e de contratação de serviços é uma atividade contínua desta Assessoria, que tem se mostrado efetiva na busca de uma melhor qualidade do gasto público aliada às boas práticas de gestão.

- 2) Com a edição do Ato Normativo nº 03/2019, publicado em 21/02/2019, que disciplina, no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, a análise dos processos, no que se refere à economicidade, foi objetivamente respaldada.

- 3) Reforçamos o contato com as diversas áreas deste Tribunal a fim de aprimorar as análises dos processos para melhor subsidiar a Administração Superior na tomada de decisão quanto ao prosseguimento das futuras aquisições e contratações, como, por exemplo, o constante aperfeiçoamento da Planilha de Avaliação da Quantidade que foi disponibilizada para as unidades demandantes.



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

- 4) Como destaques de economicidade, apresentamos no quadro abaixo a economia gerada em decorrência de diligências realizadas em processos administrativos:

ASTEC - PROCESSOS PARA ANÁLISE DE ECONOMICIDADE PERÍODO 01/01/2023 A 30/06/2023

Diligências			Redução/Economia	
Quantidade de processos diligenciados *	Valor Agregado antes das diligências	Valor Agregado após as diligências	Valor	%
6	R\$ 38.477.551,40	R\$ 31.495.961,42	R\$ 6.981.589,98	18,14%

* Diligências Concluídas

8. SITUAÇÃO DOS RECURSOS

Tópicos				Observações
Pessoal	X			<p>Total de trabalhadores no SGPCF-GBPCF: 1 Secretário Geral; 6 Serventuários e 4 Terceirizados.</p> <p>Total de 54 trabalhadores no DEFIN: 1 Diretor Financeiro. 4 Serventuários, 5 terceirizados, 1 estagiário na DIGEF - 6 Serventuários, 10 terceirizados na DITES – 4 Serventuários, 1 terceirizado na DIEPP - 7 Serventuários, 13 terceirizados e 2 estagiários na DILID.</p> <p>Total de trabalhadores no DEGAR: 1 – Diretora do DEGAR. 3 Serventuários, 9 terceirizados na DIPAF – 4 Serventuários, 17 terceirizados na DIARR – 3 Serventuários, 24 terceirizados e 1 estagiário na DICOB</p> <p>Total de trabalhadores no DECON: 1 Diretor Contábil. DICLA: 5 Serventuário, 1 Requisitado e 5 Terceirizados; DIDD: 5 Serventuários; DILAF: 4 Serventuários e 6</p>



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

				Terceirizados; DIPEC: 4 Serventuários e 1 Terceirizado. Total de trabalhadores na ASPLO: 1 Assessor, 1 Comissionado, 5 Serventuários e 1 Terceirizado Total de trabalhadores na ASTEC: 1 Assessor, 5 Serventuários e 2 terceirizados.
Tecnologia da Informação		X		A SGPCF encontra-se atendida em parte, considerando a necessidade de scanners de mesa mais modernos e eficazes, além de impressoras de melhor capacidade, especialmente coloridas.
Infraestrutura	X			

LEGENDA:



Atende



Atende em Parte



Não Atende

9. CONCLUSÃO / COMENTÁRIOS GERAIS

Com a reestruturação organizacional aprovada pela Resolução OE n.º 04/2023, a Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças foi transformada em Secretaria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças, sob a sigla SGPCF.

A Secretaria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças tem por missão garantir, de forma eficiente, a gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários à prestação jurisdicional. Desse modo, esta Secretaria promoveu medidas que visam ao fortalecimento do Planejamento Orçamentário e Financeiro, bem como à modernização da Gestão Fiscal do PJERJ.

A estrutura da SGPCF conforme art. 426 da resolução retro mencionada passa a ser: I - **Gabinete**; II - **Assessoria Técnica**; III - **Assessoria de Planejamento e Orçamento**; IV - **Departamento de Gestão da Arrecadação**; V - Divisão de Arrecadação; VI - Serviço de Atendimento ao Usuário; VII - Serviço de Controle Administrativo da Arrecadação; VIII - Serviço de Emissão de Relatórios Gerenciais de Arrecadação; IX - Divisão de Cobrança Administrativa; X - Serviço de Cobrança de Débitos Judiciais; XI - Serviço de Cobranças Administrativas e Extrajudiciais; XII - Divisão de Processamento e Análise Fiscal; XIII - Serviço de Cálculo de Multas e Análise Processual; XIV - Serviço de Controle da Arrecadação de Permissão e Cessão de Uso; XV - **Departamento Financeiro**; XVI - Divisão de Tesouraria; XVII - Serviço de Análise e Conferência; XVIII - Serviço de Processamento do Pagamento; XIX - Serviço de Restituições e Reembolsos; XX - Divisão de Gestão Financeira; XXI - Serviço de Atualização e Acautelamento de Valores; XXII - Serviço de Análise e Recuperação de Recursos; XXIII - Divisão de Conferência e Liquidação da Despesa; XXIV - Serviço de Conferência da Despesa; XXV - Serviço de Cálculo



RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE 2023

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

de Tributos; XXVI - Serviço de Liquidação da Despesa; XXVII - Divisão de Elaboração do Plano de Pagamento das Despesas Obrigatórias; XXVIII - Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Recursos; XXIX - Serviço de Cálculo e Atualização de Despesas de Pessoal; XXX - **Departamento Contábil**; XXXI - Divisão de Exame de Prestação de Contas; XXXII - Serviço de Exame da Instrução Processual de Prestação de Contas de Convênio; XXXIII - Serviço de Acompanhamento da Execução Orçamentário-Financeira das Prestações de Contas; XXXIV - Divisão de Análise e Apropriação Contábil; XXXV - Serviço de Apropriação Contábil da Receita e Despesa; XXXVI - Serviço de Apropriação Contábil de Bens Patrimoniais; XXXVII - Serviço de Emissão e Análise da Relatórios Gerenciais; XXXVIII - Divisão de Lançamento da Despesa e Fenômenos Econômicos; XXXIX - Serviço de Lançamento dos Fenômenos Econômicos; XL - Serviço de Lançamento da Despesa e Empenho; XLI - Serviço de Elaboração da Nota de Autorização da Despesa; XLII - Divisão de Análise das Despesas com Pessoal e Despesas Obrigatórias; XLIII - Serviço de Contabilização da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais; XLIV - Serviço de Contabilização de Boletim Bancário.

Importante destacar a criação da **Divisão de Exame de Prestação de Contas** conforme previstos no arts. 460 a 462, haja vista que esta unidade agrega valor à gestão orçamentária alinhada à governança corporativa, ao tratamento dos riscos e ao compliance.

A SGPCF rompe paradigmas ao iniciar uma gestão descentralizada e harmônica tornando seus processos de trabalho mais céleres em conformidade com suas atribuições advindas da Resolução OE n.º 04/2023, seguindo os padrões de austeridade já praticados pelo PJERJ.

Por fim, apresentamos de proposta de nova cadeia de valor em conformidade com o Ato Normativo n.º 24/2023, descrita no quadro a seguir:





RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS SETORIAL (RIGER) DO 1º SEMESTRE

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

10. ANEXO I – PLANILHAS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS

<NÃO APLICÁVEL>

11. ANEXO II – PLANILHAS DOS INDICADORES OPERACIONAIS
